



**projecto transnacional**

**Uma Europa para Todos**

**análise de algumas experiências de intervenção**

**sobre a exclusão social no Algarve**

## 1. Apresentação do projecto

### A " exclusão "

A origem do termo exclusão social, tal como é entendida nos nossos dias, é atribuída a René Lenoir, um autor que na década de 70 considerou a inaptidão social como o factor principal da exclusão, e não a pobreza, como, de forma simples era caracterizada até então.

Os inadaptados sociais são em parte, as pessoas física e mentalmente deficientes, os potenciais suicidas, as pessoas idosas mais carênciadas e inválidas, as crianças abandonadas e maltratadas, toxicodependentes, delinquentes, marginais, famílias problemáticas e pessoas com outras inaptidões sociais, assim como, as que não beneficiam de qualquer tipo de protecção social, mas que dela necessitam.

A exclusão é um fenómeno social, devendo ser procurada a sua causa nas regras e princípios do funcionamento das sociedades modernas.

O Modelo Social Europeu, constituiu-se, após a segunda grande guerra, como um instrumento eficaz de crescimento económico permitindo a consolidação da paz social.

### Definições de princípio sobre a " exclusão "

Marcado por um largo período de crescimento e desenvolvimento económico, supunha-se que as bases da exclusão, como o desemprego e a pobreza, tenderiam a acabar. A expansão do consumo o aumento da oferta de emprego de qualidade, assim como da respectiva remuneração e a satisfação da maioria das necessidades pessoais, fizeram com que se registasse em seu torno um enorme consenso político e ideológico.

O Estado Providência desenvolvido, parecia assegurar uma generalização da integração e da coesão social. No entanto, nos anos 70, com o choque petrolífero de 73, os efeitos da crise prolongaram-se, conduzindo a que o consenso gerado em torno deste modelo fosse abalado.

O Estado Providência não garantia os objectivos que estavam na sua base: garantir o pleno emprego, o financiamento da protecção social, distribuição igualitária da riqueza e fazer frente às ameaças de xenofobia, intolerância e totalitarismo.

As consequências estenderam-se para os anos 80, com o aumento da precariedade e o surgimento de novas formas de pobreza.

No final dessa década e nos primeiros anos da década de 90, retoma uma economia em forte crescimento, diminuição do desemprego e um substancial aumento médio do poder de compra dos agregados familiares, contribuindo assim, para uma progressiva melhoria das condições de vida das populações e o correspondente aproximar dos padrões de vida Europeus.

Na última década, fruto das inúmeras mudanças ocorridas ao nível da política económica e monetária, do crescente movimento de globalização, da liberalização dos mercados e da consolidação dos mercados económicos na Europa, América e Ásia, Portugal ressentiu-se em termos competitivos ao nível da formação e da qualificação profissional, dado ser este um vector chave da empregabilidade e da inclusão social.

O aparecimento de novas dificuldades de integração no mercado de trabalho, que no seu seguimento, contribuíram decisivamente para o surgimento de factores característicos de exclusão social, permitiram uma clara tendência para o aumento da clivagens sociais, acentuando-se dessa forma a precariedade das pessoas e famílias mais desfavorecidas.

Na generalidade, em Portugal, os grupos sociais mais afectados, ou mais vulneráveis, são os idosos com pensões de sobrevivência, agricultores de baixos rendimentos, grupos étnicos e minoritários, desempregados de longa duração, pessoas de fraca qualificação profissional, assalariados de baixo nível e trabalhadores precários, toxicodependentes, reclusos e ex-reclusos, famílias monoparentais e pessoas com deficiências física e mental.

A exclusão social, tem vindo a constituir um dos principais pontos da agenda política a nível nacional e europeu, como resposta à existência de processos de marginalização crescente em diversas franjas da população, afectadas por problemas que as vulnerabilizam e conduzem a processos de dificuldade na integração social, com as consequências negativas daí decorrentes, quer para os indivíduos afectados quer para a sociedade em geral.

A natureza multidimensional e estrutural da exclusão social pressupõe uma orientação direccionada para uma política sólida de coesão social que deverá intervir em vários domínios, dos quais o factor emprego constitui uma vertente fundamental, na medida em que, para além da componente rendimento a ele

associada, é um factor de estruturação da identidade individual, da componente utilidade na integração social e consequentemente do reforço da auto-estima pessoal.

Ao nível da União Europeia, foi definida a sustentabilidade como conceito de actuação base pela Comissão Europeia, de forma a solidificar os aspectos socio-económicos das cidades, foi necessário incrementar junto dos poderes locais e regionais o reforço do bem estar das populações, promovendo a igualdade e a integração social, assegurando-se de que os serviços e equipamentos básicos, o ensino e a formação, a assistência médica, a habitação e o emprego estão disponíveis para todos.

A outro nível, o Tratado de Amsterdão, embora pudesse ter sido mais ambicioso nos seus objectivos, abre, contudo, algumas perspectivas positivas, ao dar uma maior visibilidade ao emprego, colocando-o como um factor absolutamente central e decisivo. A política de exclusão social deverá, contudo, ir para além do emprego, para abarcar, designadamente, questões-chave como a habitação, a saúde, a educação, a ocupação dos tempos livres, a integração das minorias étnicas, os níveis de protecção social, a segurança e a arquitectura e o planeamento urbano. É neste sentido, que os vários elementos de vulnerabilidade não são autónomos entre si; pelo contrário, reforçam-se e complementam-se mutuamente.

Torna-se assim, necessário entender as lógicas que unem os vários problemas, por forma a poder trabalhar no sentido de erradicar os processos causadores de exclusão social.

Fundamentalmente, torna-se necessário que exista uma coordenação e complementaridade efectivas entre os diversos programas comunitários e nacionais que actuam no domínio da luta contra a pobreza e exclusão social, por forma a não actuarem em áreas opostas ou diversas, evitando sobreposições e desperdício de recursos e procedendo a uma articulação real que resulte positiva para os beneficiários a que se destinam, sejam eles, desempregados de longa duração, pessoas portadoras de deficiência ou quaisquer outros grupos desfavorecidos.

Mais do que uma política específica para cada grupo considerado desfavorecido ou em situação de exclusão, é necessário convergir no sentido de uma política social global, com respostas específicas para cada grupo.

## 2. Apresentação Territorial

### Âmbito territorial e institucional

#### ◆ Estrutura Demográfica

Em 2001, segundo dados do INE, encontravam-se a residir no Algarve 391.819 indivíduos, cerca de 3,8% do total nacional.

No período de 1991-2001, a população na região Algarvia teve um acréscimo de cerca de 15%, tendo aumentado em praticamente toda a zona litoral – com excepção de Tavira – e diminuído nas zonas interiores, cifrando-se actualmente em 391.819 habitantes.

POP. ACTIVA E TAXA DE ACTIVIDADE

	Pop. Activa 1991	Taxa de Actividade 1991	Pop. Activa 1999	Taxa de Actividade 1999
TOTAL DO ALGARVE	147.775	43,3%	165.800	47,4%

Fonte: INE (Censos 91 e Anuário Estatístico Algarve 2000)

Em 1991 a taxa de actividade na região do Algarve era de 43,3%, tendo subido para 47,4% em 1999, o que reflecte um acentuado acréscimo na proporção de população activa em relação à população total.

O padrão de ocupação do território acompanhou o quadro evolutivo da região. Um maior dinamismo económico foi protagonizado pelo litoral em torno do comércio, turismo e serviços, conseguindo atrair uma população significativa. Na Serra do Algarve as actividades eram abandonadas, alguma melhoria nas vias de comunicação facilitava a emigração e a população mantinha a tendência de crescimento negativo iniciado nos anos 60.

#### ◆ A Base Económica Regional

A base económica do Algarve desenvolve-se ao longo de três núcleos de actividade associados aos recursos naturais da Região mas apresentando dinâmicas e tendências diferenciadas: o turismo, a agricultura e a pesca.

Se, por um lado, o turismo tende a afirmar-se como a principal actividade económica a nível mundial – alimentando expectativas optimistas face ao desenvolvimento de

regiões especializadas nesta actividade, aliás, presentes, também, nos empresários algarvios – a excessiva especialização regional nesta actividade bem como num produto (turismo “sol e praia”) e num mercado (britânico), tornaram a economia algarvia volátil e dependente de agentes e centros de decisão externos. As desigualdades intra-regionais (o peso relativo de Albufeira, Loulé e Portimão, face sobretudo, ao Algarve interior) e as deficientes articulações inter-sectoriais consubstanciam-se, em adição aos anteriores factores, numa clara necessidade de revisão do modelo económico regional e, em particular, na importância estratégica do alargamento e diversificação da base económica.

O Algarve configura-se como a região com maior grau de afastamento face à estrutura de actividades do país, em que conjuga um modelo de exploração turística com a expansão desequilibrada dos serviços de apoio associados e o declínio das actividades industriais tradicionais, a par da inexistência de novas iniciativas e de investimentos estruturantes no campo económico.

No entanto importa referir alguns grupos de actividades com menor dinâmica empresarial mas com potenciais próprios que poderão ser estimulados a partir de um relançamento de actividades de especialização: *construção civil, serviços de apoio à actividade económica e de proximidade, agricultura e outras actividades rurais.*

Um dos factores que conduziu à especialização produtiva do Algarve baseada no comércio, na hotelaria e no turismo foi essencialmente a forte mobilidade profissional, com uma transferência enorme de mão-de-obra do sector primário para o terciário, resultando numa capacidade de trabalho deficientemente qualificada, com habilitações insuficientes e com formação profissional incipiente.

#### ◆ Mercado de Trabalho

Em relação à população empregada destacam-se os trabalhadores não qualificados com cerca de 21%, o pessoal dos serviços e vendedores (18,5%) e operários, artifices e trabalhadores similares com 16,7%, **resultando dos dados uma necessidade efectiva de qualificação para mais de um quarto da população empregada.**

A População empregada na região do Algarve encontra-se distribuída de acordo com o peso específico de cada tipo de actividade, exercendo a actividade turística o domínio em termos de empregados. O sector dos serviços ocupa cerca de 70% da população empregada, restando 20% para a indústria e construção e os restantes 10% para o sector primário.

Um factor novo no Mercado Regional que importa referir é o facto de cerca de 50 mil trabalhadores estrangeiros (dados não oficiais) de Leste terem vindo a colmatar a falta de mão-de-obra no sector da construção civil e hotelaria no Algarve.

## Evolução da Taxa de Desemprego

De acordo com os dados fornecidos pelo INE, a taxa de Desemprego no Algarve (à semelhança da verificada no continente), tem sofrido um decréscimo significativo, situação alterada no 2º trimestre de 2001. Refira-se o facto de a região Algarvia, no 1º trimestre, apresentar normalmente uma taxa de desemprego superior ao resto do continente, fruto da forte *sazonalidade* existente na região.

Da análise do Quadro dos Desempregados por Tempo de Inscrição e Grupos de Profissões, no final do 1º semestre de 2001, (dados do IEFP) salientam-se como valores mais elevados, o Pessoal dos Serviços e Vendedores, com cerca de 1.500 pessoas, com reduzida qualificação profissional e os Trabalhadores Não Qualificados, com perto de 1.400 pessoas.

DESEMPREGO REGISTADO POR TEMPO DE INSCRIÇÃO E POR GRUPOS DE PROFISSÕES

Grupos de Profissões (CNP - 1994)	< 3 Meses	%	3 a 12 Meses	%	12 e +Meses	%	Total
<b>1. Quad. Sup. da Adm. Pública e Quadros Superiores das Empresas</b>	<b>28</b>	<b>23%</b>	<b>39</b>	<b>32%</b>	<b>56</b>	<b>46%</b>	<b>123</b>
1.1- Quadros Superiores da Administração Pública	0		0		1		1
1.2- Directores de Empresa	22		36		44		102
1.3- Directores e Gerentes de Pequenas Empresas	6		3		11		20
<b>2. Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas</b>	<b>93</b>	<b>26%</b>	<b>209</b>	<b>59%</b>	<b>51</b>	<b>14%</b>	<b>353</b>
2.1- Especialistas das Ciências Físicas, Matemáticas e Engenharia	17		34		6		57
2.2- Especialistas das Ciências da Vida e Profissionais da Saúde	7		29		6		42
2.3- Docentes do Ensino Secundário, Superior e Profissões Similares	10		68		15		93
2.4- Outros Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	59		78		24		161
<b>3. Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio</b>	<b>160</b>	<b>32%</b>	<b>200</b>	<b>40%</b>	<b>135</b>	<b>27%</b>	<b>495</b>
3.1- Téc.Prof.de Nível Intern.Ciências Físicas/Químicas,de Engª e Trab.	65		74		41		180
3.2- Técnicos de Nível Intermédio das Ciências da Vida e da Saúde	6		10		2		18
3.3- Profissionais de Nível Intermédio do Ensino	4		10		7		21
3.4- Outros Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	85		106		85		276
<b>4. Pessoal Administrativo e Similares</b>	<b>269</b>	<b>30%</b>	<b>369</b>	<b>41%</b>	<b>260</b>	<b>29%</b>	<b>898</b>
4.1- Empregados de Escritório	192		258		197		647
4.2- Empregados de Recepção, Caixas, Bilheteiros e Similares	77		111		63		251
<b>5. Pessoal dos Serviços e Vendedores</b>	<b>494</b>	<b>33%</b>	<b>693</b>	<b>46%</b>	<b>307</b>	<b>21%</b>	<b>1.494</b>
5.1- Pessoal dos Serv. Direct.e Particulares de Protecção e Segurança	251		391		157		799
5.2- Manequins, Vendedores e Demonstradores	243		302		150		695
<b>6. Agricultores e Trabalhadores Qualif. da Agricultura e da Pesca</b>	<b>70</b>	<b>27%</b>	<b>99</b>	<b>38%</b>	<b>89</b>	<b>34%</b>	<b>258</b>
6.1- Agricultores e Trab. Qualif. da Agricultura, Criação de Animais e Sim.	70		99		88		257
6.2- Agricultores e Pescadores - Agricultura e Pesca de Subsistência	0		0		1		1
<b>7. Operários, Artífices e Trabalhadores Similares</b>	<b>176</b>	<b>27%</b>	<b>264</b>	<b>40%</b>	<b>223</b>	<b>34%</b>	<b>663</b>
7.1- Operários, Artífices e Trab. Sim. Indústria Extractiva e da Construção	58		77		46		181
7.2- Trab da Metalurgia e da Metalomecânica e Trabalhadores Similares	68		53		31		152
7.3- Mec.Prec., Oleiros, Vidreiros, Artesãos, Trab. Artes Gráficas e Sim	2		5		9		16
7.4- Marceneiros, Carpinteiros e Trabalhadores Similares	48		129		137		314
<b>8. Oper.de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem</b>	<b>107</b>	<b>31%</b>	<b>143</b>	<b>42%</b>	<b>91</b>	<b>27%</b>	<b>341</b>
8.1- Operadores de Instalações Fixas e Similares	6		9		9		24
8.2- Operadores de Máquinas e Trabalhadores de Montagem	7		24		19		50
8.3- Cond. de Veículos e Embarcações e Operadores de Equip. Pesado	94		110		63		267
<b>9. Trabalhadores Não Qualificados</b>	<b>414</b>	<b>30%</b>	<b>591</b>	<b>43%</b>	<b>366</b>	<b>27%</b>	<b>1.371</b>
9.1- Trabalhadores Não Qualificados dos Serviços e Comércio	363		506		277		1.146
9.2- Trabalhadores Não Qualificados da Agricultura e Pescas	7		12		13		32
9.3- Trab.Ñ Qualif.Minas, Const. Civil / Obras Públicas, Ind. Transf. e T	44		73		76		193
9.9- Trabalhadores Indiferenciados	0		0		0		0
<b>TOTAL</b>	<b>1.811</b>	<b>30%</b>	<b>2.607</b>	<b>43%</b>	<b>1.578</b>	<b>26%</b>	<b>5.996</b>

Fonte: Estatísticas Instituto do Emprego e Formação Profissional, em Junho 2001

## Vulnerabilidade do mercado de emprego regional/local

A estrutura produtiva do Algarve fortemente marcada pelo peso da actividade turística na economia, condiciona a estrutura do emprego.

O tecido empresarial é composto, predominantemente, por pequenas e muito pequenas empresas, pouco abertas a necessidades de inovação, com dificuldades de adaptação e de sustentabilidade, com elevadas taxas de natalidade e mortalidade, marcadas por um recrutamento de pessoal pouco qualificado e oferecendo reduzidas possibilidades de formação profissional.

Quanto à população empregada, regista-se uma posição relevante para os trabalhadores do alojamento e restauração, e do comércio por grosso e retalho (o sector de Serviços emprega perto de 70% da população). Esta especialização reflecte-se em variações sazonais acentuadas e numa evolução distinta do resto do país.

Não se tendo verificado alterações substanciais nas características do mercado de trabalho regional, mantêm-se os traços gerais da sua caracterização, continuando a persistir um elevado défice de escolaridade (que constitui obstáculo importante à formação profissional que exige educação geral sólida) da população, existência de grande número de trabalhadores com baixas qualificações e baixo potencial de adaptação.

O Sector dos Serviços detém a maioria das ofertas de emprego por satisfazer, destacando-se a Indústria Hoteleira, o Comércio e a Construção como as principais.

Os Empregados de Mesa, os Auxiliares de Limpeza, os Caixeiros, os Copeiros e os Empregados de Quarto são as profissões com um maior número de ofertas de emprego por satisfazer.

A situação do mercado de emprego regional não é no entanto, o único factor determinante para o desenvolvimento da actividade formativa na região. Factores como os recursos físicos e humanos disponíveis são também fortes condicionantes.

Para além da evolução dos números relativos ao desemprego não ter sofrido grandes alterações, continuam a verificar-se fortes constrangimentos no mercado de trabalho regional, que dificultam o ajustamento entre a oferta e a procura de emprego. Essas dificuldades resultam em grande parte das características dos desempregados inscritos.

De destacar que os principais motivos assinalados como dificuldades para a satisfação das ofertas de emprego são a falta de activos qualificados na profissão em causa ou a inexistência de candidatos inscritos para determinadas profissões.

## ◆ Indicadores de Tendência

### Actividades em que a falta de mão-de-obra é muito forte:

O mercado regional do Algarve depara-se com alguma dificuldade em recrutar pessoal em determinadas profissões. Uma das razões principais, e que reflecte a situação actual da região é a falta de profissionais qualificados, e ao mesmo tempo um certo desinteresse pela formação profissional nessa área.

Outra realidade é a falta de diplomados nomeadamente, Engenheiros e Informáticos, Médicos e Enfermeiras.

- ◆ Engenheiros e Informáticos do sector IT
- ◆ Pessoal da saúde
- ◆ Construção Civil
- ◆ Serviços
- ◆ Hotelaria
- ◆ Greenkeeping.

## Engenheiros e Informáticos do sector IT

A falta de pessoal diplomada nesta área é reflectido na fraca expansão do Sector IT na região. Muitas empresas ligadas ao sector têm uma forte necessidade de Engenheiros, Analistas, Programadores e Técnicos de Hardware e/ou Software. A falta de Eng. de Telecomunicações, Electromecânicos e Mecânicos também é denotada.

## Pessoal da Saúde

Existe uma grande necessidade de pessoal nesta área e duma forma geral em todas as especialidades: Enfermeiras, Médicos Clínica Geral, Médicos Especialistas. Esta “falta” é mais acentuada nas regiões do interior do Algarve.

## Construção Civil

Este sector está em grande desenvolvimento na região, tendo actualmente falta de trabalhadores qualificados, nomeadamente: Pedreiros, Canalizadores entre outros. Existe também uma grande dificuldade em motivar pessoal para a Formação Profissional, para além de em senso comum serem profissões consideradas “menos nobres”.

## Serviços

Cada vez mais, existe uma dificuldade muito grande, para as empresas, em recrutar trabalhadores qualificados neste sector, essencialmente, Empregados de Escritório, Caixeiros, Operadores de Supermercado, Auxiliares de Limpeza entre outros.

## Hotelaria

Para além da sazonalidade existente neste sector, a falta de profissionais qualificados é actualmente um grande problema, principalmente em Copeiros, Cozinheiros, Empregados de Mesa e Balcão, Empregados de Quartos.

## Greenkeeping

Com a exploração de Campos de Golfe implementados na região, existe uma enorme necessidade de profissionais qualificados, para fazer a sua manutenção. Em Portugal esta é uma profissão em expansão, sendo previsto a criação de Cursos de Formação Profissional .

### Actividades em que existe excesso de mão-de-obra:

A região (reflecte-se também a nível nacional) defronta-se actualmente com um nº excessivo de desempregados de Professores diplomados em Línguas e Literaturas Modernas e Clássicas, o que se reflecte no nº de inscritos nos Serviços Públicos de Emprego. Por outro lado a falta de qualificação no Sector dos Serviços é também uma realidade.

- ◆ Professores
- ◆ Trabalhadores não qualificados dos Serviços e Comércio.

## Professores

Principalmente os Professores diplomados em Línguas e Literaturas Modernas e Clássicas, têm uma enorme dificuldade em ser colocados.

## Trabalhadores não qualificados dos Serviços e Comércio

Existe um grande nº de desempregados que não têm qualificação profissional neste sector, mas que desenvolvem actividade diversificada, nomeadamente na Agricultura e Pesca, Indústria e Construção Civil, não sendo especializados em nenhuma delas.

## ◆ Indicadores de Tendência dos Grupos Sociais mais Desfavorecidos

Nº de inscritos para 1º Emprego e Novo Emprego:

### **Rendimento Mínimo Garantido**

Este indicador, como se pode observar pelos quadros que se encontram em anexo (anexo nº1), apresenta uma tendência crescente do número de pessoas abrangidas pelo Rendimento Mínimo Garantido (RMG) que se inscrevem no Centro de Emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional da Região do Algarve. Esta curva, que na sua generalidade apresenta um sentido ascendente, atinge no entanto alguns picos nos meses de Inverno, comportamento que se compreende e vem justificar a preocupação que existe com a *vulnerabilidade do mercado de trabalho* derivado da sazonalidade que afecta a região em sectores como a Hotelaria, os serviços e as actividades económicas relacionadas com o turismo.

### **Utentes de Países Terceiros**

Os dados estatísticos disponíveis sobre este grupo, e que podem ser observados em anexo (anexo nº2), apesar de apresentarem um comportamento homogéneo durante quase todo o ano de 2001, apresentam a partir do mês de Novembro desse ano uma tendência crescente bastante significativa. Este dado preocupante para a região, apesar de poder ser justificado pela campanha de legalização de imigrantes que entretanto teve lugar, reflecte também o número significativo de emigrantes que procuram actualmente Portugal, e mais particularmente a região do Algarve. A observação dos dados estatísticos permite observar que entre Outubro de 2001 e Março de 2002 o número de inscritos teve um crescimento de 800%, numero que só por si justifica uma atenção especial para este grupo tendencialmente desfavorecido.

### 3. Abordagem e metodologia

Tendo presentes as restrições de dados com que nos deparámos desde o início deste trabalho, procurámos ajustar a nossa metodologia aos interesses últimos do mesmo, em especial no que respeita à análise de situações e experiências de iniciativas em curso cuja apreciação pudesse servir para uma análise cruzada com as restantes experiências europeias, bem como da possibilidade de daqui saírem algumas constatações de iniciativas de interesse para as autarquias associadas da ANAS.

Podemos pois constatar que a informação estatística disponível é relativamente escassa, não tendo sido possível encontrar quaisquer outros dados que nos permitam efectuar uma análise mais qualitativa quanto à caracterização dos públicos, bem como sobre as actuações dos actores no terreno.

Das entrevistas efectuadas, e tendo presente a realidade complexa que é a economia algarvia com comportamentos ao nível da oferta e procura de emprego com fortes comportamentos sazonais, é frequentemente constatado que as situações de exclusão social decorrem mais das condições relativas ao quadro de vida ( habitação, quadro familiar, nível de formação) do que propriamente de um não funcionamento da economia (vista aqui como uma maior ou menor capacidade de oferta de trabalho e acesso a um nível de rendimentos minimamente confortáveis), já que se constata uma certa estabilidade ao nível da oferta de emprego, a qual tem aliás vindo a ser capaz de absorver volumes significativos de imigrantes ( quer decorrentes de movimentos migratórios internos ao país, quer externos), embora não se disponham de dados estatísticos seguros e completos sobre esta matéria .

Em síntese e sendo certo que existem situações de graves problemas de inserção ( onde as origens desse facto estão sobretudo centradas ao nível do indivíduo ) em torno dos grupos de toxicodependentes, os problemas de não inclusão afectam sobretudo as comunidades de imigrantes e desempregados de longa duração (com baixas qualificações e com uma média de idades já relativamente alta .) grupos de que iremos pois estudar em melhor detalhe no seguimento deste trabalho .

Embora com grandes dificuldades em termos de tempo e de capacidade de mobilização de recursos técnicos que pudessem vir a realizar um maior trabalho de campo, estruturámos então este estudo essencialmente em duas componentes : uma análise de entrevistas e questionários enviados a algumas das entidades que poderão ter em curso iniciativas que se liguem com os interesses dos associados da

ANAS, bem como na descrição de actuações e/ou projectos que possam servir de termo de comparação e análise com as experiências descritas pelos restantes parceiros europeus .

É ainda de referir um elemento muito importante quanto aos limites de trabalho com que nos deparámos já que se verificaram grandes mudanças de política pública ao longo dos últimos 6 meses, facto que pesou de forma significativa não só nalguma dificuldade em obtermos informações precisas quanto às prioridades de intervenção, bem como, e muito naturalmente, pelo facto de termos vindo a assistir a algumas mudanças nos próprios normativos legais.

Só nos últimos dois meses verificámos o anúncio de alterações significativas relativamente à legislação respeitante ao controlo e assistência a imigrantes ( com a introdução de algumas limitações à sua entrada, mas também com uma clara referência à necessidade de se criarem as melhores condições para seu acolhimento, quadro de residência e assistência social) bem como de alterações quanto à política de atribuição e gestão do Rendimento Mínimo Garantido; no entanto, e dado que essa mesma legislação se encontra ainda em fase de implementação são ainda grandes as dúvidas quanto ao formato da sua aplicação prática .

Procurámos pois efectuar uma identificação das situações que nos permitissem alguma análise de trabalho no terreno, efectuando para tal entrevistas a entidades públicas e associativas, bem como pela análise de relatórios produzidos sobre a exclusão social no Algarve, elementos que passamos a descrever .

## 4. Quadros de Intervenção e Actores

iremos efectuar neste ponto uma apresentação dos resultados de um inquérito que efectuámos junto a diferentes actores locais e regionais (autarquias, instituições públicas e associações), o qual seguiu a metodologia utilizada pelo parceiro francês de St. Dennis, no sentido de podermos analisar as suas orgânicas de intervenção, actuações típicas, recursos envolvidos e espaços territoriais de trabalho.

O inquérito serve portanto essencialmente como forma de caracterização de um conjunto de actores e das suas formas de ver e trabalhar sobre a exclusão, num formato que facilitará sobretudo a comparação das iniciativas desenvolvidas pelos parceiros europeus dos projectos e com a qual, mais uma vez repetimos, não se pretende identificar nem todas as entidades, nem estabelecermos qualquer tipo de classificação comparativa com outras entidades não caracterizadas neste estudo.

Efectivamente o principal objectivo reside na transposição de alguns elementos de caracterização sobre as entidades que de uma forma ou de outra acabaram por estar representadas neste nosso trabalho, em especial sobre aquelas que relatámos alguns casos de “boas-práticas”.

Como se poderá ver sobre os quadros seguintes tratam-se essencialmente de entidades públicas, com visões muito diversificadas sobre a exclusão, mas que têm um conjunto de intervenções de grande significado neste âmbito, actuando essencialmente através de programas específicos para os públicos-alvo mais carenciados de actuação na região algarvia .

Entidades	Estatuto Jurídico	Objectivos da estrutura	Financiam.	Intervenção pública
<b>IEFP</b>	Instituto público	Serviço público de formação profissional e de gestão do serviço nacional de emprego	Estado ( OE / PIDAC) e FEDER	dependente do Minist do Emprego
<b>SPTT</b>	Direcção Regional	Serviço público de apoio à prevenção e tratamento da toxicoddependência	Estado ( OE / PIDAC) e FEDER	dependente do Minist da Saúde
<b>CM Faro</b>	Autarquia local	Autarquia Gestão Municipal	Receitas próprias	Poder Local
<b>CM Portimão</b>	Autarquia local	Autarquia Gestão Municipal	Receitas próprias	Poder Local
<b>CM V R Stº António</b>	Autarquia local	Gestão local	Receitas próprias	Poder Local
<b>Fundação Irene Rolo</b>	Associação	Apoio e reabilitação de jovens e adultos	Fundos próprios, Estado e FEDER	nenhuma

## Entidades – visão

Entidades	Visão sobre a exclusão social	Definição de exclusão social
IEFP	Fenómeno socio-económico relacionado com situações complexas de conjuntos de pessoas que não reúnem as condições necessárias para integrarem o mercado de trabalho, e com pouca motivação própria para se inserirem na vida social, cultural e económica das sociedades modernas	Ausência de inclusão social
SPTT		Conjunto de factores que conduzem <i>alguém</i> a viver à margem ou marginalizado da maioria dos cidadãos integrados e consumidores
CM Faro	É uma situação derivada do cruzamento de vários de factores próprios a determinados conjuntos de indivíduos, bem como da própria sociedade, e a qual afecta a capacidade e vontade (falta de auto-estima) de viver em sociedade (e em particular no mercado de trabalho).	Situação de afastamento à sociedade e muito complexa e abrangente, já que acaba por atingir determinados grupos (como por exemplo a família) cuja teia de efeitos funciona sobre cada indivíduo em particular(exclusão) bem como perante (ou pela) sociedade (não inclusão)
CM V R Stº António	Fenómeno socio-económico relacionado com situações complexas de conjuntos de pessoas que não reúnem as condições necessárias para integrarem o mercado de trabalho, e com pouca motivação própria para se inserirem na vida social, cultural e económica das sociedades modernas	A exclusão social é um fenómeno consequente das alterações constantes da nossa sociedade, ou seja, existem pessoas que devido a diversos factores, não conseguem acompanhar a evolução e daí ficam à margem da sociedade.

<b>Fundação Irene Rolo</b>	A exclusão social constitui a maior dificuldade para fazer face ao desenvolvimento regional marginalizado. Os excluídos, desempregados de longa duração, etc. Dificuldade em implementar programas sociais de desenvolvimento relacionadas com a problemática da auto-exclusão.	Estar à margem dos circuitos sociais, políticos, económicos, emprego, habitação, ...
----------------------------	---	--

## Entidades – visão

Entidades	Definição sobre Desenvolvimento local	Ferramentas de luta contra a exclusão social
IEFP	É o processo de crescimento socio-económico em que as pessoas actuam pela sua capacidade de trabalho, pelas suas competências e pelas dinâmicas do próprio estado e empresas	Dispõem de programas específicos de apoio humano, material e financeiro, facilitados aos agentes públicos, associativos e empresarias, de trabalho com determinados públicos muito específicos (no respeitante a este trabalho) como os Imigrantes, Inserção Emprego, e os ligados ao Rendimento Mínimo Garantido
SPTT		Combate à pobreza, integração sócio-profissional e formação. "Inclusão – uma realidade em Portimão", "Agir para inserir", "Rede Social", "Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências", "Animação Sénior", Centro do Malheiro
CM Faro	É um processo de crescimento socio-económico que exige uma maior coordenação e colaboração entre as diversas entidades públicas e associativas para que existem melhores condições de funcionamento dos serviços públicos (articulação inter-institucional)	Atendimento público, informação e encaminhamento, favorecendo-se novas práticas de ajuda entre os diversos serviços locais e regionais
CM V R Stº António	Processo de desenvolvimento que vai ao encontro das necessidades da população.	Plano de desenvolvimento da CLAS, Inserção de toxicodependentes, habitação social, programas sénior, minorias étnicas, rede de serviços e equipamentos. Programa "Vida emprego" subsidia parte dos vencimentos.

<b>Fundação Irene Rolo</b>	O desenvolvimento local está na pirâmide do desenvolvimento prioritário. Deve ser garantido com o apoio do estado pelos organismos que trabalham directamente com o desenvolvimento local. Deverá ser desenvolvido por públicos e privados em parceria através de redes de acção social.	Lar de acolhimento, formação DLD (IEFP), protocolos com Seg. Social para apoio financeiro, participação de utentes, encaminhamento ao nível da formação – ligação com empresas para inserção.
----------------------------	--	---

## Entidades – dinâmicas

Entidades	Dinâmicas e impactos das acções em curso		
	públicos	território	estrutura
<b>IEFP</b>	Têm trabalho específico sobre indivíduos abrangidos pelo Rendimento Mínimo Garantido, embora os impactos sejam reduzidos dadas as fracas respostas pelos próprios (somente 10% acabam por vir a constar dos ficheiros do Instituto de Emprego)	As acções decorrem sobre toda a região do Algarve, embora com maior incidência, impacto e resultados nos grandes centros urbanos	Desenvolveram acções de trabalho com os RMG a título extraordinário, e com grande esforço interno por parte da estrutura, embora pensem que poderá não se justificar um esforço tão acentuado, face aos poucos impactos e resultados obtidos
<b>SPTT</b>			
<b>CM Faro</b>	Desenvolvem um forte trabalho de concertação e articulação entre as diversas entidades membros da CLAS, situação que tem permitido uma cada vez maior capacidade de liderança de grupos de trabalho e o estabelecimento de políticas mais claras de actuação por parte de cada entidade de per si, e pelo seu conjunto, sobre determinados públicos-alvo.	Dada a grande concentração na sede do concelho/distrito, as acções desenvolvem-se sobretudo com um carácter mais urbano, intervindo-se preferencialmente sobre as problemáticas das condições de vida, habitação, educação, e protecção à infância .	É uma estrutura própria da autarquia com grande articulação a várias entidades públicas e associativas locais, bem como de interacção com os restantes serviços da autarquia
<b>CM Portimão</b>	Mulheres DLD, toxicodependentes, imigrantes (países de leste e palop's)	Todo o concelho.	É uma estrutura própria da autarquia com grande articulação a várias entidades públicas e associativas locais, bem como de interacção com os restantes serviços da autarquia

<p><b>CM V R Stº António</b></p>	<p>Desenvolvem trabalho com frequentadores ensino recorrente, RMG's, toxicodependentes, população em geral que beneficie de um subsídio de desemprego. A rede social está implementada e desenvolve trabalho em parceria com outras instituições.</p>	<p>Todo o concelho. Dada a dispersão da população em determinadas partes do concelho existe o objectivo de criar centros comunitários para apoio directo à população.</p>	<p>É uma estrutura própria da autarquia com grande articulação a várias entidades públicas e associativas locais (IEFP, Stª Casa da Misericórdia, Associações de beneficência, Seg. Social, Direcção Regional de Educação), bem como de interacção com os restantes serviços da autarquia</p>
<p><b>Fundação Irene Rolo</b></p>	<p>Pessoas com deficiências e desenvolvimento de projectos de cooperação europeia (nomeadamente com mulheres DLD).</p>	<p>O trabalho desenvolvido pretende abranger o Sotavento algarvio, mas a instituição recebe carenciados de todo o território nacional.</p>	<p>Instituição particular (IPSS). Tem protocolos com Seg. Social e algum património deixado pela sua fundadora.</p>

## Entidades – dinâmicas

Entidades	Limitações às acções de luta contra a exclusão	Projectos da estrutura
<b>IEFP</b>	Financiamentos e parcerias	Constelação, Horizonte 2000, Programa Vida-Emprego
<b>SPTT</b>	Financiamentos e parcerias	Rede de Artesãos, Saúde em Movimento, SARA, TANGE, Prevenção do Consumo de Drogas em Meio familiar, Formação XXI
<b>CM Faro</b>	Financiamentos	Plano de desenvolvimento da CLAS, Plano Municipal de Prevenção Primária da Toxicodependências, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, Luta contra a Pobreza (Sol Nascente)
<b>CM Portimão</b>	Financiamentos	Inclusão, Agir para Inserir, Animação Sénior, Plano Muni de Prevenção Primária das Toxicodependências
<b>CM V R Stº António</b>	Financiamentos	“Ser Criança”, “Desenvolvimento comunitário - Monte Gordo e VRSA”, “Vida emprego” - Inserção social e profissional.
<b>Fundação Irene Rolo</b>	Dinâmica sócio-económica	Intervenção precoce, centro de actividades ocupacionais, lar residencial, formação profissional, prescrição e financiamento de ajudas técnicas para emprego e formação.

## 5. Caracterização de Iniciativas existentes

Conforme justificado anteriormente iremos agora determo-nos sobre algumas das dimensões de apreciação e análise de alguns fenómenos que poderemos considerar como de exclusão (ou não inclusão), baseados não só numa constatação empírica e suportada nos contactos e entrevistas efectuadas, como ainda num conjunto de informação estatística, com base na qual pretendemos justificar a abordagem que se segue.

Das diversas reuniões e contactos havidos, e embora sem pretendermos considerar as situações aqui tratadas como representativas de todas as situações da região Algarve, entendemos que elas são no entanto representativas das situações verificadas na região que têm maior ligação às experiências autárquicas neste domínio, tendo-se ainda e muito naturalmente em conta o facto de se tratar de um documento preparado para fazer face a uma necessidade da respectiva associação transnacional ANAS.

Referimo-nos em particular às questões relacionadas com a situação de indivíduos com baixas qualificações, idade já relativamente avançada para grandes mudanças nos seus percursos profissionais e habitualmente em situação de desemprego já há bastante tempo ( conhecidos por Desempregados de Longa Duração - DLD's), os Toxicodependentes que no Algarve atingem segmentos significativos da população (dado nomeadamente o facto de esta região ser particularmente atractiva e com um carácter de tipo "cosmopolita" com grandes variações nas origens geográficas, culturais e mesmo linguísticas entre a população presente), os imigrantes sobretudo pelo facto de ser um fenómeno com bastante significado na nossa região, e em verdadeiramente crescimento com os já habituais fenómenos de alguma segregação linguística. hábitos e mesmo condições de vida aqui encontrada.

Escolhidas portanto estas realidades, procurámos encontrar alguns dados estatísticos de caracterização e justificação dos fenómenos, detectámos algumas situações que irão servir como ponto de partida para a sua avaliação, tendo-se ainda tido o cuidado de tentar identificar alguns projectos ou acções-piloto que poderão ser aqui apresentadas como de "boas-práticas" a nível local ou regional, e que portanto poderão servir para uma análise cruzada das experiências e actividades das outras entidades regionais espanhola e francesa que nos acompanham neste trabalho .

## A exclusão no Algarve nos domínios considerados

Iremos agora abordar algumas práticas existentes a nível regional de trabalho de combate à exclusão relativamente aos desempregados de longa duração, ex-toxicodependentes, imigrantes, e ainda os projectos de articulação inter-institucional a nível local através dos concelhos locais de acção social, iniciativas de intervenção recentemente implementadas através do estabelecimento de parcerias de articulação entre as principais entidades que a nível municipal podem intervir no apoio aos públicos mais desfavorecidos.

Dadas as claras e conhecidas dificuldades de acesso a dados de natureza estatística, e em particular a nível regional, socorremo-nos de trabalhos recentemente efectuados, bem como de descrições efectuadas em estudos e /ou relatórios cedidos pelas autoridades regionais envolvidas nesta problemática.

É por essa mesma razão que iremos apresentar alguns elementos de análise e reflexão sobre as políticas locais de combate à exclusão, através da interpretação de alguns dados estatísticos, do resultado de entrevistas realizadas e ainda do conhecimento que detemos sobre a realidade regional e local .

Conforme anteriormente apontado as situações que poderão justificar e caracterizar o fenómeno da exclusão no Algarve decorrem essencialmente do funcionamento do mercado de trabalho, e em particular de algumas “disfunções” existentes na oferta e procura de mão de obra dos sectores mais tradicionais da economia (agricultura e pescas) onde predominam as baixas qualificações, e o sector dos serviços (em especial o turismo) com maiores exigências em termos de qualificações técnico-profissionais; daí que iremos começar esta abordagem de forma mais detalhada através da apreciação de alguns indicadores sobre o comportamento e factores explicativos da taxa de desemprego.

### || EMPREGO, DESEMPREGO E QUALIFICAÇÃO<sup>1</sup> ||

De acordo com os dados e estudos disponíveis, começamos a nossa apreciação efectuando uma análise à evolução dos desempregados inscritos no Centro de Emprego de Faro e sua comparação com os dados regionais ao longo do ano 2000, caracterizando em especial os desempregados de longa duração.

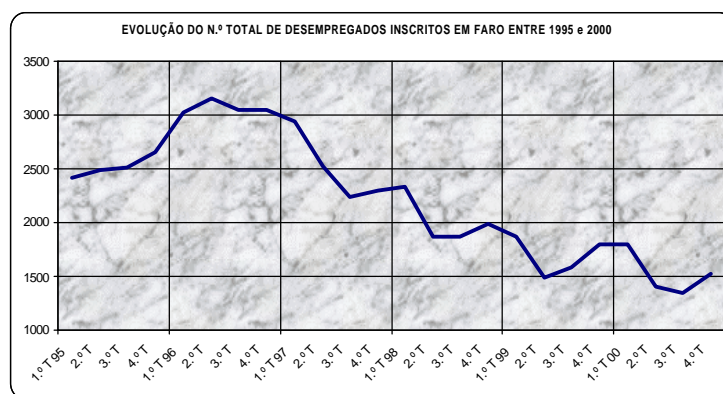
---

<sup>1</sup> Adaptação do estudo de caracterização social do Concelho de Faro efectuado pela respectiva Câmara Municipal

Conforme anteriormente já apresentado, as situações de Desempregados de Longa Duração, embora não automaticamente relacionadas com a situação de exclusão, corresponde, do nosso ponto de vista, numa situação de não inclusão pela sociedade já que, quer do ponto de vista social ( pela preferência dada à captação de empregados habitualmente mais jovens e com formações literárias e profissionais mais recentes) quer do ponto de vista do funcionamento da economia de mercado (pelo facto de os novos sectores de actividade emergentes e com maiores condições de captação de empregados não absorverem este tipo de mão de obra normalmente menos habilitada ) é um exemplo de desemprego que “degenera” frequentemente em algumas situações de exclusão .

Assim, detecta-se que no concelho de Faro em termos de população empregada existe, relativamente à sua proporção na região algarvia, a maior percentagem de população empregada no comércio, nos Transportes e para as Actividades Financeiras e Serviços Prestados às Empresas e a menor percentagem no Alojamento e Restauração; realce para o facto de 35,7% das pessoas ao serviço terem habilitações iguais ou inferiores ao 1º ciclo do ensino básico, 70,7% terem habilitações literárias iguais ou inferiores ao 3º ciclo do ensino básico e apenas 6,1% terem habilitações ao nível de curso médio ou superior.

Quanto ao desemprego verifica-se que o concelho apresenta das mais baixas taxas a nível regional, até que desde o 2º trimestre de 1996 a sua tendência é de diminuição, registando no 4º trimestre de 2000, o desemprego no Concelho de Faro 14,1% do total do desemprego no Algarve.



No entanto, os desempregados de longa duração (mais de um ano de inscrição) no Concelho de Faro representavam 23% do total de DLD's no Algarve, segundo dados do 4º Trimestre de 2000, e representavam 27,1% do total de desempregados no Concelho, segundo dados do 4º Trimestre de 2000;

EVOLUÇÃO DO N.º DE DESEMPREGADOS INSCRITOS				EVOLUÇÃO DO N.º DE DLD'S INSCRITOS				EVOLUÇÃO DO N.º DE NÃO DLD'S INSCRITOS			
ANO	TRIMESTRE	CONCELHO	TOTAL ALGARVE	ANO	TRIMESTRE	CONCELHO	TOTAL ALGARVE	ANO	TRIMESTRE	CONCELHO	TOTAL ALGARVE
		FARO				FARO				FARO	
1995	1.º	2.420	<b>17.566</b>	1995	1.º	871	<b>4.796</b>	1995	1.º	1.549	<b>12.770</b>
	2.º	2.488	<b>12.978</b>		2.º	982	<b>4.572</b>		2.º	1.506	<b>8.406</b>
	3.º	2.504	<b>11.902</b>		3.º	1.043	<b>4.440</b>		3.º	1.461	<b>7.462</b>
	4.º	2.653	<b>18.330</b>		4.º	1.088	<b>4.867</b>		4.º	1.565	<b>13.463</b>
1996	1.º	3.031	<b>19.086</b>	1996	1.º	1.237	<b>5.323</b>	1996	1.º	1.794	<b>13.763</b>
	2.º	3.164	<b>14.274</b>		2.º	1.358	<b>4.844</b>		2.º	1.806	<b>9.430</b>
	3.º	3.052	<b>12.977</b>		3.º	1.337	<b>4.722</b>		3.º	1.715	<b>8.255</b>
	4.º	3.051	<b>18.853</b>		4.º	1.239	<b>5.001</b>		4.º	1.812	<b>13.852</b>
1997	1.º	2.950	<b>19.000</b>	1997	1.º	1.214	<b>5.123</b>	1997	1.º	1.736	<b>13.877</b>
	2.º	2.525	<b>13.386</b>		2.º	984	<b>4.399</b>		2.º	1.541	<b>8.987</b>
	3.º	2.237	<b>10.924</b>		3.º	841	<b>3.781</b>		3.º	1.396	<b>7.143</b>
	4.º	2.293	<b>16.586</b>		4.º	797	<b>3.750</b>		4.º	1.496	<b>12.836</b>
1998	1.º	2.345	<b>15.504</b>	1998	1.º	760	<b>3.720</b>	1998	1.º	1.585	<b>11.784</b>
	2.º	1.863	<b>8.990</b>		2.º	667	<b>2.979</b>		2.º	1.196	<b>6.011</b>
	3.º	1.866	<b>8.143</b>		3.º	616	<b>2.671</b>		3.º	1.250	<b>5.472</b>
	4.º	1.994	<b>14.251</b>		4.º	587	<b>2.747</b>		4.º	1.407	<b>11.504</b>
1999	1.º	1.867	<b>12.305</b>	1999	1.º	574	<b>2.601</b>	1999	1.º	1.293	<b>9.704</b>
	2.º	1.482	<b>6.892</b>		2.º	483	<b>2.129</b>		2.º	999	<b>4.763</b>
	3.º	1.591	<b>6.845</b>		3.º	500	<b>2.091</b>		3.º	1.091	<b>4.754</b>
	4.º	1.802	<b>11.966</b>		4.º	517	<b>2.238</b>		4.º	1.285	<b>9.728</b>
2000	1.º	1.802	<b>9.870</b>	2000	1.º	518	<b>2.235</b>	2000	1.º	1.284	<b>7.635</b>
	2.º	1.402	<b>5.887</b>		2.º	482	<b>1.912</b>		2.º	920	<b>3.975</b>
	3.º	1.350	<b>5.828</b>		3.º	449	<b>1.765</b>		3.º	901	<b>4.063</b>
	4.º	1.520	<b>10.739</b>		4.º	413	<b>1.791</b>		4.º	1.107	<b>8.948</b>

Fonte: Sínteses Estatísticas do IEFP

O valor elevado de DLD's explica-se pela acentuada diminuição do número de desempregados registados, ficando por colocar os utentes com maior dificuldade de inserção (baixa escolaridade e qualificação, idade avançada, etc)

Atentos a esta realidade, quer o Instituto de Emprego e Formação Profissional-IEFP, através do Centro de Emprego de Faro ( que actua nos concelhos de Faro, Olhão e S. Brás de Alportel) quer a Agência de Desenvolvimento Local de Faro-AmbiFaro têm vindo a desenvolver um trabalho de acompanhamento e inserção no mercado de trabalho destes públicos.

Detectada que a maior dificuldade reside aliás nas mulheres em situação de DLD's , têm vindo a ser ensaiadas algumas iniciativas de apoio, baseadas essencialmente nas seguintes constatações :

- Trata-se de pessoas com idades médias superiores a 45 anos, com baixas qualificações e sem experiência profissional relevante nos sectores profissionais dos serviços ;
- Detêm uma fraca motivação para a aprendizagem de novas profissões, e o seu nível de auto-estima é relativamente baixa ;
- Na sua maioria, embora com vontade ( e naturalmente necessidade) de encontrarem emprego, estão já demasiado acomodadas à situação de

desemprego, com acesso aos benefícios sociais existentes a nível estatal público.

Com base nestes elementos, é por exemplo de referir a experiência desenvolvida pela AmbiFaro, a qual tem vindo a desenvolver várias sessões de trabalho individual e colectivo com um grupo de mulheres indicadas pelo IEFP-Centro de Emprego de Faro, com o apoio aliás de um projecto europeu ReciteII dedicado à igualdade de oportunidades.

Em termos da adesão a esta iniciativa verifica-se que estas pessoas assistem e aderem com interesse às sessões de motivação e aprendizagem de técnicas de apresentação e preparação para as entrevistas de selecção levadas a cabo pelas empresas, mas mantêm no entanto alguma dificuldade em se envolverem em propostas formativas, facto que temos de tomar em consideração face não só à sua idade, mas sobretudo tendo em conta o seu habitual baixo nível de formação literário.

Dadas as suas baixas qualificações, acaba por existir como que uma incompatibilidade completa entre os seus conhecimentos, as necessidades por parte dos empregadores e os pacotes formativos existentes a nível público e mesmo privado, até porque sendo a oferta de emprego dirigida essencialmente para o comércio e serviços, esta procura essencialmente pessoas jovens e com uma formação média já relativamente elevada; existe por outro lado já uma certa concorrência com as comunidades de imigrantes, face sobretudo ao menor valor da respectiva mão de obra, elemento que pesa sempre de forma negativa .

Assim sendo, estas pessoas começam pouco a pouco a sentir-se excluídas do mercado de trabalho, já que não possuem a formação mínima para poderem ingressar em acções de formação para novos percursos técnico-profissionais, e como que começam a sentir como “natural” a sua situação de desemprego, criando-se então situações críticas em termos de equilíbrio psico-social.

Do trabalho desenvolvido pela AmbiFaro constata-se que as sessões de acompanhamento e ajuda, sobretudo se desenvolvidas em grupo, acabam por ter um efeito positivo criando-se novos estímulos e novas vontades para inserção social, embora acabem por ter pouco efeito prático porque em termos de mercado as situações se mantêm sem grande receptividade por parte dos empregadores.

Em conclusão confirma-se que as iniciativas de acompanhamento têm uma boa receptividade por parte dos públicos envolvidos, servindo no entanto mais como que num sentido de “terapia de grupo” para enquadramento social, do que propriamente para conseguir uma motivação individual para a alteração da sua atenção para as fragilidades do seu nível formativo, logo de uma maior motivação para a aprendizagem de novas profissões ou de elevação do seu nível académico.

No entanto, a melhoria das condições de funcionamento dos sistemas e serviços de emprego, têm vindo a facilitar a troca de informações entre a oferta e a procura, reduzindo os problemas habitualmente existentes com algum descrença anteriormente existente quanto à sua operacionalidade; de entre os novos serviços criados é de referir por exemplo a rede de agentes existente a nível local em Faro, com a criação do sistema de informação faronet.org baseado na rede internet o qual facilita o acesso individual a bases de dados sobre a oferta e procura de emprego na área do Centro de Emprego de Faro, e que é já regularmente utilizado até por parte das entidades públicas e associativas ( nomeadamente empresariais) nos seus serviços de atendimento personalizado .

## || TOXICODEPENDÊNCIA ||

No que respeita á problemática das toxicodependências iremos novamente socorrer-mos de um conjunto de dados estatísticos recolhidos pelo núcleo executivo do Conselho Local da Acção Social de Faro, figura de aglutinação dos interesses existentes a nível local pela coordenação e integração de políticas públicas e associativas, o qual, perante as dificuldades sentidas para a obtenção de dados de caracterização, recorreu à realização de um painel de discussão em que estiveram representadas algumas das entidades que actuam no terreno ao nível do tratamento e acompanhamento, bem como no desenvolvimento de iniciativas de inserção socio-profissional.

As principais conclusões do referido painel foram de que embora não existindo dados rigorosos, já é hoje possível efectuar uma caracterização muito eficaz quanto ao número e características das pessoas com o problema das dependências químicas, as quais aderem de forma relativamente positiva aos projectos existentes para inserção profissional, sendo portanto possível ter uma atitude de algum optimismo quanto à eficácia das políticas públicas, sendo ainda de realçar uma grande abertura por parte das empresas quanto ao acolhimento de indivíduos saídos das terapias de reabilitação-inserção.

Por exemplo, em termos de inserção profissional o Programa Vida Emprego tem inseridos cerca de 76% dos toxicodependentes que recorrem a este Programa, facilitado pelas boas relações com as empresas de acolhimento, existindo ainda outras experiências semelhantes que provam a boa eficácia das iniciativas de apoio à reabilitação médica com as actividades de inserção socio-profissional.

Em particular é de assinalar o trabalho desenvolvido pelo Serviço Regional de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência-SPTT, dependente do Ministério da Saúde, o qual , apoiado em alguns fundos de financiamento a projectos de formação socio-profissional e ainda de colaboração transnacional ( através da Iniciativa Interreg) montou uma estrutura de projecto (embora não formalizada ao nível da respectiva orgânica) montou uma série de iniciativas extremamente bem articuladas e coordenadas com os seus serviços médios de “captação” de indivíduos saídos dos seus programas de libertação da toxicodependência, através do projecto SABER .

Segundo elementos disponibilizados pelo SPTT-DRA, verifica-se que o número de infracções relacionadas com a droga no Algarve, registadas pelas autoridades policiais, tem vindo a aumentar e que cerca de 86% dos presumíveis infractores são consumidores.

Neste mesmo quadro verifica-se ainda que o número de primeiras consultas a toxicodependentes tem vindo a aumentar de forma sustentada desde 1988. Na sua maioria os utentes são homens, com habilitações ao nível do ensino básico e que em termos de ocupação no momento da primeira consulta não tem qualquer actividade profissional.

Face a estes números é de realçar o contributo que a integração profissional pode assumir na reabilitação destes indivíduos. De facto, do conjunto de factores geradores de exclusão social, a situação perante o trabalho é sem dúvida um dos mais decisivos, visto que o acesso ao emprego relaciona-se com o acesso a um salário regular capaz de satisfazer as necessidades básicas, com um prestígio social e com uma integração numa rede de relacionamento social.

Contudo a integração profissional destes indivíduos não se assume como um processo simples, pois a par das baixas qualificações profissionais e escolares surgem outros factores que exercem maior limitação no acesso ao emprego.

#### **Factores que podem dificultar a integração no mercado de trabalho:**

Ao nível do utente	<ul style="list-style-type: none"><li>-Auto imagem desvalorizada;</li><li>-Falta de informação;</li><li>-Falta de iniciativa e vontade para procurar emprego, de forma a garantir uma economia familiar equilibrada;</li><li>-Frequentes situações de desorganização familiar, indisciplina pessoal e incapacidade de desempenho social regular;</li><li>-Qualificações escolares e profissionais baixas;</li><li>-Quando em situação de emprego, por vezes, verificam-se situações de exploração</li></ul>
Ao nível da sociedade	<ul style="list-style-type: none"><li>-Opiniões pré formadas, menos positivas, por parte dos empregadores, e sociedade em geral, em relação a estes públicos.</li><li>-Falta de informação e sensibilização por parte dos empregadores e da sociedade em geral.</li></ul>

Parece assim fundamental que se criem articulações entre mecanismos e iniciativas que paralelamente com a qualificação profissional, facilitem o restabelecimento dos laços sociais e da (re)aprendizagem da vida em sociedade. De facto, para estes colectivos, a questão da integração social sobrepõe-se e antecede a possível integração profissional.

Parece-nos ainda importante realçar que após uma situação prolongada de toxicodependência, acompanhada de uma ruptura radical dos laços sociais e da perda de hábitos relacionais e de organização da vida própria, pode ser necessário um período de transição – numa situação de emprego protegido ou em empresas de inserção – que possibilite simultaneamente a aprendizagem profissional, a aquisição de competências pessoais e relacionais e até a readaptação à vida em sociedade e, designadamente, às exigências da vida profissional.

Neste enquadramento a experiência existente com a estrutura atrás identificada designada de “SABER” , é particularmente rica para a análise que aqui estamos a efectuar já que têm vindo a realizar diversos projectos de inserção em meio laboral de indivíduos saídos dos seus próprios programas de tratamento médico; mencionamos a título particular o projecto Rede de Artesãos .

O público alvo do projecto Rede de Artesãos são os utentes do serviço que têm de ter pelo menos 1 mês de abstinência, podendo no entanto estar inseridos em tratamentos com metadona.

Os utentes que vão estagiar no âmbito da Rede de Artesão são integrados numa primeira fase no projecto SABER . Esta integração no SABER realiza-se através da elaboração de uma petição por parte do técnico de referência responsável pelo processo de acompanhamento do utente. A petição é elaborada quando o técnico considera que o utente está em condições de ser integrado num projecto de enquadramento laboral e solicita ao SABER que o processo seja desencadeado.

Um dos percursos de inserção possíveis é a passagem do utente através de um projecto designado Rede de Artesão. A rede de artesão funciona como uma plataforma giratória, onde os indivíduos são inseridos directamente nas empresas, sem qualquer qualificação prévia. Cada utente possui um tutor na empresa que é próprio empresário e o estágio tem uma duração máxima de 1 ano.

Graças a uma relação de grande proximidade com um conjunto significativo de empresas, o SPTT tem vindo a conseguir a sua aceitação no acolhimento de jovens que necessitam não só de emprego, como de um acompanhamento constante em termos psico-sociológico; com base num trabalho de também grande aproximação ao indivíduo tem vindo a ser possível transmitir-lhe novas razões de confiança em si mesmo e de uma nova atenção para temas da vida pública social das quais ele tem-se vindo a afastar, provocando-lhe então, e em simultâneo, novos elementos de interesse pelo trabalho e pela sociedade.

Das experiências já desenvolvidas, já que o projecto SABER tem vindo a aproveitar ainda outras fontes de financiamento para a realização de outras iniciativas formativas e de enquadramento sócio-laboral, fica-nos a convicção de que este tipo

de trabalho, o qual recorde-se, é realizado a partir de uma entidade pública inserida no Ministério da Saúde que à partida está mais vocacionada e dedicada ao tratamento do que às preocupações da inserção em contexto de trabalho, tem aspectos muito interessantes que convirá explorar .

Em primeiro lugar os indivíduos mantêm uma muito forte ligação ao seu médico assistente, e somente por indicação deste são encaminhadas para os projectos de inserção.

Em segundo lugar nunca acaba por se verificar uma separação de contexto de vida e convivência do indivíduo enquanto doente em acompanhamento por parte dos Centros de Atendimento, e na sua relação com os técnicos de assistência social do próprio SPTT, mais dedicados à sua inserção profissional, facto que é bastante interessante e inovador já que habitualmente a crítica mais frequente é da não integração de procedimentos deste tipo.

Em conclusão, parece-nos do maior interesse um acompanhamento mais aprofundado desta experiência, e embora ela tenha vindo a ser implementada sobretudo através de ligações ao sector empresarial, entendemos que as próprias autarquias ou serviços a elas ligados estarão também em muito boas condições de colaborar com os serviços do SPTT nesta matéria.

## Quadros de intervenção e actores

---

### **O exemplo dos Conselhos Locais de Acção Social<sup>2</sup>**

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97 " a rede social é um fórum de articulação e congregação de esforços e baseia-se na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que nele queiram participar".

O objectivo primordial da Rede Social é a erradicação da pobreza e da exclusão social pressupondo que a articulação entre os diversos organismos públicos e entidades privadas que actuam no domínio social, na área do concelho, se traduzirá numa actuação concertada na prevenção e solução de problemas sociais e, conseqüentemente, na adopção de prioridades.

Foram já implementados alguns processos deste tipo no Algarve, sendo do nosso conhecimento que os mais avançados são os de Faro, Portimão, Monchique e Vila R. de Stº António.

A Câmara Municipal de Faro promoveu a criação do Conselho Local de Acção Social (C.L.A.S.) de Faro dinamizando, para o efeito, vários serviços e entidades locais que intervêm em termos sociais.

Este processo parece-nos do maior interesse já que, no fundo trata-se de provocar o intercâmbio de experiências entre as várias entidades públicas e associativas, facilitando-se assim não só a validação de certos procedimentos e iniciativas, mas sobretudo um meio para criar novos laços de cooperação e entendimento entre entidades que habitualmente têm um relacionamento muito espaçado e sobretudo de carácter institucional.

Da experiência referida, fica-nos a ideia que somente da recolha e intercâmbio de dados estatísticos e opiniões qualitativas expressas aquando da elaboração do referido diagnóstico, foram já dados passos significativos para a criação de um conhecimento muito mais aprofundado por parte de cada instituição sobre as problemáticas existentes.

Embora não disponhamos de informação neste momento quanto à implementação ou não de processos inovadores de articulação concreta no que respeita ao combate à exclusão, estamos certos de que esta medida legislativa, bem como as experiências de articulação já empreendidas são bastante relevantes e merecerão um maior acompanhamento futuro.

---

<sup>2</sup> conforme relatório de "Pré-diagnóstico social do concelho de Faro" elaborado pela CM Faro

## 6. Medidas preconizadas

Conforme enunciámos anteriormente efectuaremos neste ponto uma apreciação síntese sobre algumas das iniciativas que, no quadro de interesses e oportunidades de trabalho futuro por parte da ANAS, vemos como as mais interessantes, numa lógica de introdução de iniciativas inovadoras e de carácter estruturante na criação de parcerias locais nos processos de combate à exclusão social .

A caracterização e avaliação que efectuámos sobre diferentes iniciativas e modelos de actuação revelam, no nosso ponto de vista, um quadro de oportunidades para a intervenção por parte dos municípios que deverá pois vir a ser promovido e ensaiado, sobretudo pelas situações em que estes actuam como grandes dinamizadores de quadros de relacionamento e articulação entre os diversos actores locais .

Embora limitados pelos factores tempo e recursos, para podermos trabalhar de forma mais aprofundada as diferentes dinâmicas ( e nalguns casos mesmo a ausência de qualquer dinâmica) que se observam no terreno, pensamos que os exemplos trazidos pelas CLAS poderão ter aspectos práticos muito interessantes que deverão ser melhor acompanhados no futuro .

Assim sendo, e embora reconhecendo-se que este poderá ser um momento de grandes alterações no campo das prioridades de políticas públicas, bem como da disponibilidade e afectação de meios para as intervenções na área social, a existência de alguns focos de carências e necessidades justificam um reforço deste tipo de actuações.

Sem perder de vista outras iniciativas de enorme impacto territorial, como por exemplo o projecto rede de artesãos (embora de maior ligação preferencial ao domínio empresarial) através do qual também têm vindo a ser ensaiadas iniciativas de grande relevo na ligação aos planos de actuação municipal, quer na criação de condições de trabalho das equipas como de apoio à inserção socio-profissional dos jovens ex-toxicodependentes, pensamos que as actuações de maior interesse estratégico e de impacto futuro se deverão basear exactamente no reforço das redes locais de actores .

Não sendo frequentemente, nem no seio das próprias organizações, um trabalho metódico e sobretudo analítico sobre os dados de base, a criação de dinâmicas de trabalho conjunto e de análise cruzada entre os vários agentes que intervêm no domínio da acção social, e em particular no combate às situações de exclusão, acabam por se tornar em exercícios extremamente interessantes de intercâmbio de ideias, metodologias e naturalmente de programação e preparação de planos de intervenção local .

Por outro lado e decorrente do quadro de análise elaborado, em que detectámos grandes dificuldades de acesso à informação estatística e análise qualitativa, pensamos que existem hoje no Algarve iniciativas bastante interessantes de trabalho futuro, em especial no que concerne às CLAS, já que elas acabam também por conseguir intervir nesse campo, em especial no que concerne à recolha, organização e tratamento de informações e dados de enorme relevância para todas as entidades que de uma forma ou de outra se relacionam com os temas em questão.

Este tipo de iniciativas deverão no entanto ser ajustadas às expectativas percebidas e reconhecidas pelos técnicos e dirigentes das diferentes instituições já que poderá (deverá) ser efectuada uma triagem de entre os diferentes tipos de indicadores, de acordo com as suas necessidades de uso e análise .

Relativamente a este aspecto reforça-se ainda a nossa convicção de que os dados, indicadores, análises e informações várias que possam circular entre os diferentes actos, deverão ser preparadas e tratadas de forma a assegurar-se um trabalho de acompanhamento regular de debate sobre as “leituras” e conclusões que as diferentes entidades poderão tirar da sua interpretação.

Recomenda-se pois que se implementem metodologias de troca de informação regulares (bimestrais), justapostas à realização das reuniões de trabalho local das respectivas redes de actores públicos, privados e associativos .

Esta análise permite ainda que se defenda, em apoio da institucionalização deste tipo de trabalho em rede, que se estabeleçam pactos territoriais de nível local, mas para os quais sejam chamadas as várias entidades envolvidas nos processos de intervenção sobre a exclusão, quer elas sejam de tipo local, nacional e/ou da dependência do governo.

As políticas da própria Comissão Europeia deveriam favorecer este tipo de trabalho, estabelecendo-se programas de incentivo (ou discriminando-se positivamente) a projectos de intervenção local, organizados “de baixo para cima” a partir dos

municípios, e onde estivessem presentes os vários tipos de actores ( e não só sob os termos “privados” e/ou “públicos”).

Deveriam pois existir medidas de política e sistemas de incentivos de apoio comunitário para projectos que traduzam compromissos e experiências de trabalho efectivo centradas nos principais elementos de intervenção sobre a problemática da exclusão, e em particular sobre a família .

Entramos pois aqui num outro domínio de análise e propostas já que são facilmente perceptíveis as necessidades de actuação através de planos de intervenção articulados segundo equipas multidisciplinares ( especialidade de cada entidade envolvida), bem como a maior atenção a dar ás intervenções integradas verticais de nível local, desde a habitação ao emprego, bem como ás condições de vida e à educação, pelo que os municípios são, do nosso ponto de vista os melhores colocados para as intervenções em que se justifiquem iniciativas dentro de um quadro de articulação territorial, embora naturalmente segundo princípios, políticas e estratégias regionais.

A ligação deste tipo de organização formal ou informal aos processos de implementação de Agendas 21 Locais, permitiria ainda uma ligação aos processos de desenvolvimento local e ás estratégias dos actores e ás necessidades de todos os diferentes tipos de pessoas, dentro exactamente de um espírito de um desenvolvimento mais sustentável para o futuro .